



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 021

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democrata		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Luiz Cláudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i> .....	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i> .....	<i>Reni Pereira</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 021**

### **20ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 03

Ato do Presidente ..... 05

Memorando ..... 05

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 17

Dep. Cleiton Kielse..... 17

Dep. Osmar Bertoldi ..... 18

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Cida Borghetti ..... 19

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira ..... 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 21

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 23

Discussão / Votação:

2ª Discussão ..... 24

1ª Discussão ..... 25

Discussão Única (Indicações).... 26

Requerimentos ..... 26

**Encerramento da Sessão ..... 28**

#### **Publicações:**

Atos do Presidente..... 28

Comissão Executiva

Atos..... 29

### **DIÁRIO Nº 021**

### **20ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**03 DE ABRIL DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariada pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Ani-

belli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Pedro Ivo, Péricles de Mello e Stephanes Júnior (06).

Ausentes com justificativa, os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Ney Leprevost e Teruo Kato (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofício:***

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 03 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis nos dias 04 e 05 de abril, devido a compromissos assumidos anteriormente no Município de Guarapuava.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 045/07

Ao Sr. Secretário de Transportes do Estado do Paraná - Rogério Walbach Tizzot.

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em especial o artigo 127, o Parlamentar que abaixo subscreve vem solicitar de V. Exa.:

1) Proceder o reinício da obra de ligação asfáltica entre Reserva do Iguaçu e Dois Pinheiros, entre Reserva do Iguaçu e Pinhão.

2) Tal indicação justifica-se pelo fato de que a obra já foi licitada em data anterior e paralisada no início da gestão do Governador Roberto Requião no mandato anterior. O trecho servirá à comunidade local, os Municípios de Manguaçu, Candói, Foz do Jordão, Pinhão e como rota de ligação com a Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO Nº 046/07

SÚMULA:

Propõe a inclusão de áreas de ocupação irregular do Município de Colombo no Programa de Regularização Fundiária da Companhia de Habitação do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Governador do Estado e o Exmo. Presidente da COHAPAR.

A Deputada Beti Pavin dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

Tem sido importante meta do Governo do Estado do Paraná, com muitas ações já desenvolvidas e em andamento, buscar mecanismos de combate à exclusão social, enfatizando a urbanização e produção habitacional das ocupações irregulares.

O Município de Colombo possui programa próprio de regularização fundiária, implantado pelos Governos Municipais do PMDB, visando a transferência de lotes urbanizados aos cidadãos, com resultados valiosos. Entretanto, as áreas maiores, como as que elencaremos a seguir, demandam necessariamente de ação do Governo Estadual para que sejam atingidos resultados satisfatórios.

Em razão do exposto, solicita-se a inclusão das seguintes áreas de Colombo no Programa Estadual de Regularização Fundiária e Urbanização das Ocupações:

- Vila Nova, situada no bairro de Roça Grande, próxima ao Jardim Moinho Velho;

- Vila Liberdade, situada junto à Vila Ana Maria, na BR-116, nas margens do Rio Palmital;

- Vila Ana Terra, situada no bairro de São Gabriel, junto ao Jardim Ana Terra/Vale Verde.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) BETI PAVIN

INDICAÇÃO Nº 047/07

SÚMULA:

Construção de Unidade Nova no Parque Residencial Alvarado UNV, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de Unidade Nova no Parque Residencial Alvarado, com vinte salas de aula, laboratório de química, física e biologia, laboratório de informática, sala de uso múltiplo, biblioteca, ambientes administrativos e serviços gerais, refeitório, sanitários para alunos e professores, quadra de esporte e casa de zelador.

2) Essa reivindicação já foi analisada e aprovada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, através do Parecer nº 114/06, de 15 de março de 2006.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 048/07

SÚMULA:

Construção de unidade de saúde de Pronto Atendimento NIS-III, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Construção de uma unidade de saúde de Pronto Atendimento NIS-III, no Município de Sarandi, para ser implantado no bairro Jardim Esperança.

2) Essa reivindicação vem atender a população da Região Sul do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO N° 049/07

##### SÚMULA:

Liberação de um kit de informática para o Colégio Estadual Helena Kolody, do Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Liberação de um kit de informática para o Colégio Estadual Helena Kolody do Município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem suprir uma necessidade dos alunos do Colégio Estadual Helena Kolody.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO N° 050/07

##### SÚMULA:

Construção de sala de aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Adelaide Dezotti Tonon, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de sala de aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Adelaide Dezotti Tonon, no Município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem beneficiar as mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período, e assim atendendo o maior número de crianças da comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO N° 051/07

##### SÚMULA:

Construção de um Centro de Educação Infantil, no bairro Jardim Verão, Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Construção de um Centro de Educação Infantil, no bairro Jardim Verão, Município de Sarandi.

2) Essa reivindicação vem beneficiar as mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período, e assim atendendo o maior número de crianças da comunidade.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO N° 052/07

##### SÚMULA:

Propõe a isenção de pagamento de taxa de publicações das creches comunitárias no Diário Oficial.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Sr. Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado.

O Deputado dirige-se à V. Exa. e ao Sr. Diretor-Presidente, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A isenção de pagamento de taxa de publicações no Diário Oficial do Estado, para as creches comunitárias instaladas no Estado do Paraná.

2) Sabemos que essas entidades, sem fins lucrativos, realizam trabalhos maravilhosos em benefícios da nossa coletividade, mas carecem de recursos para ações administrativas que são obrigadas a realizar, como de publicação de seus atos, assembléias e balanços na Imprensa Oficial.

3) Isto posto, justifica-se a presente indicação, que irá reverter o montante que iria para o pagamento de taxas, junto a Imprensa Oficial, para proporcionar melhoria no atendimento de seus beneficiários.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### INDICAÇÃO N° 053/07

##### SÚMULA:

Propõe a implantação de Centros de Urgências nos municípios paranaenses.

Exmo. Sr. Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) A implantação de Centros de Urgências Médicas, nos moldes da unidade que está sendo implantada em Curitiba, mais especificamente no bairro CIC.

2) Como prioridade indicam-se os Municípios de Piraí do Sul, São Mateus do Sul, Irati, Piraquara, Campo Largo, Campo Magro, Jacarezinho, Wenceslau Brás, Jaguariaíva e Lapa.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se justifica pois tais centros oferecem, em tempo integral, pronto atendimento infantil e leitos para internamentos. Conta ainda com unidades de suporte avançado, além de pré-consultas, inalação, vacinas, farmácia e fraldários.

Logo a saúde pública do Paraná será aprimorada com a instalação destes centros, garantindo um atendimento digno à população paranaense.

## ***Ato do Presidente***

### **ATO DO PRESIDENTE Nº 07/07**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

#### **D E C L A R A :**

Constituída Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composta por três membros, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, realize trabalho de readequação aos novos preceitos constitucionais e de alterações regimentais para proporcionar um melhor ordenamento dos trabalhos deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS  
Presidente

## ***Memorando***

### **MEMORANDO**

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PSDB, Democratas e PP indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS  
Presidente

#### **INDICADOS:**

PT: Tadeu Veneri  
PMDB: Caíto Quintana  
Democratas: Durval Amaral

## ***Requerimentos***

### **REQUERIMENTO Nº 693**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 397/05, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 2º, letra “a” do Regimento Interno.

O referido projeto cria cursos preparatórios, em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, aos processos seletivos (vestibular) para apoiar o ingresso de alunos de escola públicas nas instituições de educação superior.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### **REQUERIMENTO Nº 677**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a constituição de Comissão Especial, composta por sete membros, para postular seja o Paraná uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A inclusão do Paraná como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol trará importantes incrementos, tanto para o turismo quanto para a economia do nosso Estado, além de criar fontes de trabalho para nossa população e melhorar a auto-estima dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Artagão Júnior, Edgar Bueno, Professor Luizão, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Durval Amaral, Dobrandino da Silva, Antonio Belinati, Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Rosane Ferreira, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk e um ilegível.

### **REQUERIMENTO Nº 687**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa que seja aprovada manifestação de apoio a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná em sua luta pela declaração de ilegalidade da Instrução Normativa nº 27/06 do INCRA.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O engajamento na argumentação da FAEP em relação à Instrução Normativa nº 27/06 do INCRA, se faz mister pois há risco de verdadeiro confisco de terras a ser patrocinado pelo INCRA.

Na defesa intransigente dos ideais democráticos, entendemos que qualquer ação governante autoritária deve ser repudiada de imediato, a fim de assegurar a liberdade e o direito dos cidadãos brasileiros.

### **REQUERIMENTO Nº 704**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial de Investigação, composta por 07 (sete) membros, para investigar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis razões que ocasionaram o apagão aéreo nos últimos dias no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) CLEITON KIELSE

### **REQUERIMENTO Nº 670**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lendina Pironti de Castro, ocorrido no dia 01 passado.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Alfredo Venski, ocorrido nesta madrugada no Município de Imbituva.

Requer ainda que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Souza Araújo, 27, Centro - CEP 84.430-000 - Imbituva/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao professor Wilson de Matos, votos de congratulações pela posse no Senado Federal, para assumir a vaga do Sr. Álvaro Dias (PSDB).

Wilson Matos é professor com formação em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Educação pela Universidade de Marília e fundou em 1990 o Centro Universitário de Maringá - CESUMAR, instituição que possui hoje 44 cursos e 12.000 alunos.

Em razão dessa formação na área educacional, fica a certeza de que sua contribuição será relevante à população paranaense, promovendo políticas públicas que efetivem o ideal de melhorar a qualidade de ensino. Já está provado que a melhoria na qualidade de ensino importa em melhor qualidade de vida, aprimorando o ser humano e abrindo portas no mercado de trabalho.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao empresário da comunicação Cícero do Amaral Cattani e ao jornal Hora H, veículo que circula, com grande sucesso, em Curitiba e várias cidades paranaenses. Cícero do Amaral Cattani é um incansável batalhador da nossa imprensa, que jamais perdeu o idealismo, a garra e a vontade de manter firme, de pé, com irreparável credibilidade, um jornal de tão grande aceitação do público leitor como o Hora H.

É sabido que, nas circunstâncias atuais, não é nada fácil, no Brasil, manter um bom e imparcial jornal em atividade. E Cícero tem conseguido superar todas as barreiras. Tem dedicado o melhor de sua competência na superação de todos os eventuais obstáculos. Cícero é um empresário padrão, verdadeiro inimigo do negativismo. Formou uma bela e respeitada equipe de jornalistas e de funcionários. Todos eles, como uma verdadeira família, fazem do Hora H um grande e poderoso instrumento de comunicação. Citamos apenas alguns dos muitos motivos que justificam o reconhecimento e a homenagem do Poder Legislativo.

Solicito que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao empresário Cícero do Amaral Cattani, à Rua Desembargador Hugo Simas, 220 - Bom Retiro - CEP 80520-250, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao CEMEI Jardim Santos Andrade.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao CEMEI Jardim Santos Andrade, por ocasião da comemoração dos 15 anos de fundação com relevantes serviços prestados na formação das crianças da comunidade do Jardim Santos Andrade.

#### REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando do mesmo que auxilie o Município de Apucarana em relação ao combate do mosquito da dengue.

O Município de Apucarana se encontra na rota da proliferação da doença; desta forma necessita-se da ajuda da Secretaria de Estado da Saúde, para que se evite uma possível epidemia.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de um refeitório na Escola Estadual José Bonifácio, no Município de Anahy.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual José Bonifácio, localizada no Município de Anahy, atende cerca de 350 alunos e não possui dependência apropriada para o atendimento dos estudantes nos horários de refeições, sendo imprescindível a efetivação da melhoria pleiteada, atendendo assim uma justa e antiga reivindicação daquela comunidade estudantil.

**REQUERIMENTO Nº 705**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, seja encaminhado Ofício ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Nestor Baptista, solicitando a realização de treinamento para os Conselheiros Municipais de Saúde sobre prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) ROSANE FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O Conselho de Saúde é Órgão Colegiado deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde - SUS, em cada esfera do Governo, integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixada na Lei Federal nº 8142/90.

Os Conselhos de Saúde são instâncias privilegiadas nas proposições, discussões, acompanhamentos e deliberações, avaliações e fiscalizações de implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

De acordo com a Lei nº 8689/93, o gestor do Sistema Único de Saúde em cada esfera de Governo apresentará, trimestralmente, ao Conselho de Saúde correspondente e em audiência pública nas Câmaras de Vereadores e nas Assembléias Legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados. Infelizmente, isto não vem ocorrendo na grande maioria dos municípios, quando a fazem é apenas para atender a legislação, sem a presença da população.

É competência dos Conselhos de Saúde aprovar as propostas orçamentárias anuais de saúde, propor critérios para programações financeiras e execuções financeiras e orçamentárias dos Fundos de Saúde, acompanhar as movimentações e destinações dos recursos, fiscalizar e controlar todos os gastos em saúde.

As prestações de contas anuais dos municípios junto ao Tribunal de Contas do Estado deve acompanhar um atestado assinado por todos os Conselheiros, ratificando que os recursos foram aplicados em saúde, que

houveram as audiências públicas trimestrais e que o município atendeu a EC nº 29.

O gestor de saúde deve encaminhar ao Ministério da Saúde Atas aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde que os recursos foram aplicados, conforme as especificações dos convênios.

Os Conselhos Municipais de Saúde são formados paritariamente por representantes dos gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da saúde e usuários do Sistema Único de Saúde.

Executando o seguimento representado pelos gestores, todos os demais, via de regra, são representados por pessoas não preparadas para desempenhar tão importante papel.

De acordo com o acima exposto, sugerimos ao Tribunal de Contas a possibilidade de realizar treinamento de capacitação para os Conselheiros Municipais de Saúde, relativo à prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados ao SUS.

**REQUERIMENTO Nº 663**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando abaixo-assinado de diversas entidades representativas do Município de Santa Terezinha de Itaipu, solicitando com a máxima urgência providências para que seja intensificado o policiamento e melhorias na segurança pública do referido município.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 664**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Maurício Requião, Secretário da Educação, para que sejam tomadas providências urgentes no sentido de ampliação das salas de aula e reforma do prédio do Colégio Estadual D. Pedro I, do Distrito de Entre Rios - no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se o proponente dizendo que o Colégio conta com um total de 1120 alunos, dos quais 793 no ensino fundamental e 325 no ensino médio, 150 alunos no período noturno a nível médio.

Estão faltando três salas de aula para dar mais conforto àqueles que ali estudam.

O prédio está bastante danificado e necessita com urgência de reparos, principalmente no esgoto, que exala cheiro forte contaminando o ambiente.

## REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Barbosa Neto, postulando a elaboração de projeto de lei com o objetivo de determinar que seja obrigatória a utilização nos trens que transitam pelas vias férreas nacionais, de dispositivos de segurança de material retrorrefletivo, para prover melhores condições de visibilidade noturna e em condições adversas. Tal sugestão tem por objetivo, a exemplo do que já é determinado para os caminhões através da Resolução nº 128 do CONTRAN, minorar a ocorrência de acidentes envolvendo as composições, tanto em interseções com vias urbanas quanto rurais.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Nelson Garcia, Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, encaminhando a reivindicação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Iva-tuba, a doação de um veículo para uso exclusivo do Conselho Tutelar.

Os Conselheiros têm dificuldades em desempenhar o seu trabalho, em função da ausência de um veículo para uso exclusivo do Conselho Tutelar.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que sejam tomadas providências urgentes por parte das Polícias Militar e Civil para impedir os atos de assaltos violentos e com risco de morte que estão sofrendo os moradores da zona rural de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e região.

Justifica o presente com as informações de que os assaltos que estão acontecendo na região são de caminhões, tratores, carros, maquinários agrícolas, inseticidas, além de dinheiro, e, seqüestros relâmpagos com os proprietários rurais.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, após ouvido o douto Plenário, informações sobre a obra do Fórum, o edifício onde deverá ser, provisoriamente, instalado o Gabinete do Sr. Governador.

01) Quando foi procedida a licitação para conclusão da referida obra? Qual o valor máximo estipulado para a obra? Qual a empresa vencedora, o valor contratado e o prazo para execução da obra?

2) Especificar quais os projetos que constavam do edital (arquitetônico, hidráulico, elétrico, conforto ambiental, etc). Juntar cópia do processo licitatório desde a publicação até sua finalização.

3) Foram formalizados termos aditivos? Quantos? Quais os respectivos valores? Quais os motivos que os justificaram? Juntar as respectivas cópias.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) VALDIR ROSSONI

## *Projetos de Lei*

## PROJETO DE LEI Nº 203/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, a padronização de documentos públicos em formato Open Document Format - ODF, quando da sua criação e distribuição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa recomendar a adoção de um padrão na criação e na distribuição de documentos públicos do Estado do Paraná, utilizando-se do formato Open Document Format - ODF, pois o padrão aberto é um requisito para que o software livre seja realmente livre na sua totalidade. Os padrões de interoperabilidade, que preconizam a possibilidade de troca de dados e conteúdos oriundos de sistemas de informação diversificada



são essenciais tanto no segmento privado como público. Com esta utilização e padronização efetiva, provocará avanços significativos na utilização do software livre em nosso Estado.

Para demonstrarmos nossa atualização com o mundo da informática, devemos observar o exemplo do Governo francês, que já recomendou que todas as publicações de seus documentos públicos devem estar disponíveis em formato ODF, de acordo com o relatório do Primeiro Ministro da França, e sugere ainda aos seus parceiros europeus que também o façam, quando da troca de documentos em nível europeu.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a padronização dos documentos públicos do Estado do Paraná em formato Open Document Format - ODF.

PROJETO DE LEI N° 204/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Amigos do CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

A AMACAP é órgão de representação do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual e não possui fins lucrativos.

A Associação tem entre seus objetivos trabalhar em favor da inclusão da pessoa com deficiência visual, realizando atividades essenciais para a comunidade abrangida.

Trata-se de trabalho voluntário destinado, entre outras atividades, proporcionar condições financeiras para a aquisição de materiais e equipamentos necessários ao CAP.

O título de Utilidade Pública destina-se a oferecer o reconhecimento do Estado do Paraná ao relevante trabalho prestado por essa associação maringaense.

PROJETO DE LEI N° 205/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º As escolas públicas estaduais de ensino médio adotarão políticas de prevenção de acidentes que envolvam alunos, professores e servidores da escola, por

meio da instituição de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs.

Art. 2º As Comissões de que trata esta lei são compostas por integrantes da respectiva comunidade escolar.

Art. 3º As Comissões de que trata esta lei têm as seguintes atribuições:

I - identificar as áreas que apresentem risco de acidentes nas escolas;

II - levantar as causas das doenças decorrentes do trabalho desenvolvido nas escolas;

III - identificar as causas da violência no âmbito escolar;

IV - sugerir e implementar medidas de segurança para reduzir ou neutralizar os problemas detectados;

V - orientar e conscientizar a comunidade escolar sobre os problemas existentes e sobre a importância da adoção de medidas preventivas.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição em exame institui, nas escolas da rede estadual de ensino médio, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs. Seu objetivo principal é criar um instrumento que conscientize a comunidade escolar da importância dos conceitos de segurança e limpeza, de práticas necessárias para o combate de doenças como stress e lesão por esforço repetitivo, bem como de técnicas de ergonomia, além de constituir um espaço para interação.

Tal iniciativa se espelha nas CIPAs do Direito do Trabalho, que são comissões formadas por representantes do empregador e dos empregados, com a atribuição de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho. São funções das CIPAs nas empresas: a realização de vistoria das condições de risco nos ambientes de trabalho; a adoção de medidas de segurança para reduzir ou neutralizar os riscos existentes; o fornecimento ao trabalhador de equipamento de proteção individual, adequado à respectiva função; a formação, o treinamento e a manutenção de equipes especializadas para atendimento em situações de emergência, bem como a orientação e a divulgação, buscando conscientizar as pessoas sobre a importância de adotarem uma postura preventiva.

Ao transplantar essa iniciativa para as escolas públicas, o projeto o faz adequando o conceito às necessidades da comunidade escolar. Dessa forma, além de objetivar a prevenção de acidentes e o combate à violência, busca estimular a cidadania, alertando a comunidade escolar para os malefícios da depredação, das pichações e

de outras práticas danosas ou violentas, comuns no ambiente escolar.

As referidas Comissões deverão, entre outras atribuições, identificar locais de risco, contabilizar e avaliar a gravidade dos casos de acidente e de violência, averiguar suas causas, planejar e recomendar medidas preventivas, estimular a atenção quanto à segurança e promover programas preventivos.

Iniciativas com esse objetivo já foram adotadas em outros Estados e Municípios da Federação. Em 2002, foi aprovada, em Natal/RN, a Lei nº 212, que cria as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência nas Escolas - CIPAVES - visando evitar a ocorrência de agressões, brigas e indisciplina nas escolas municipais, o que, segundo a coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, vinha prejudicando o ensino e a aprendizagem dos alunos.

De acordo com o trabalho publicado pelo Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco, *acidente é um evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas ou emocionais no âmbito doméstico ou nos outros ambientes sociais, como o do trabalho, do trânsito, da escola, de esportes e o de lazer (...)* Esse conjunto de eventos consta na *Classificação Internacional de Doenças - CID - (OMS, 1985, e OMS, 1995) sob a denominação de causas externas*. Conclui-se, do referido estudo que, no ambiente escolar, frequentemente ocorrem acidentes que prejudicam o desempenho do aluno. Por outro lado, a escola contém um potencial humano - alunos, professores, pessoal de apoio - que pode atuar, após capacitação adequada, na prevenção e na prestação de primeiros socorros à vítimas de acidentes, tenham eles ocorrido ou não no âmbito da escola.

Reconhece-se que ações como as previstas no projeto em exame, que visam despertar a necessidade de que todos se tornem agentes multiplicadores dos conhecimentos e das atitudes que salvam vidas, ampliando a cidadania, dentro e fora da escola, inserem-se no “ideário da promoção da saúde, vinculado ao movimento difundido mundialmente de Cidades Saudáveis”. (Universidade Federal de Pernambuco: “Prevenção de Acidentes e Capacitação para Execução de Primeiros Socorros em Escolas Públicas”, pág. 4.) É importante ressaltar que, nos Estados e Municípios onde foram implantadas políticas visando a esse objetivo, houve interação com outros setores da sociedade, notadamente nos cursos de Medicina, Corpo de Bombeiros, que forneceram treinamento e orientação sobre primeiros-socorros e outras práticas auxiliares na prevenção de acidentes.

Destaque-se, ainda, que a criação das CIPAs nas escolas públicas não irá gerar despesa para o Estado. Como se vê, trata-se de uma prática já adotada em outros Estados que merece ser introduzida no Paraná. No que toca à constitucionalidade da matéria, não se verifica óbice à sua tramitação. Não se trata, no nosso entendimento, da instituição de normas referentes ao Direito do

Trabalho, tampouco de regras relativas ao regime jurídico dos servidores. Trata-se da instituição de uma política pública que deverá ser adotada pelas escolas da rede estadual de ensino médio com o intuito de conscientizar a comunidade escolar da importância da prevenção de acidentes e violência.

#### PROJETO DE LEI Nº 206/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei tem por objetivo criar a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.

Art. 2º Nas construções ou reformas de edificações públicas devem ser utilizadas tecnologias construtivas voltadas para o uso racional e para a reutilização das águas servidas, bem como para a utilização da água da chuva.

Art. 3º Nas construções ou reformas de edificações públicas devem ser utilizadas fontes alternativas de energia, como a solar-painel fotovoltaico.

Art. 4º As edificações públicas sustentáveis devem priorizar o uso de lâmpadas fluorescentes ou com tecnologia LED.

Art. 5º Nas construções ou reformas de edificações públicas devem ser utilizados materiais reciclados e/ou recicláveis.

Art. 6º As construções referidas devem limitar a permeabilização do solo em 50% (cinquenta por cento) em terrenos sem árvores ou matas e em 30% (trinta por cento) em terrenos com cobertura vegetal.

Art. 7º Os projetos arquitetônicos para edificações públicas devem priorizar a utilização da luminosidade e ventilação naturais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado pode e deve atuar como agente transformador da cultura local, introduzindo conceitos de preservação ambiental, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, e o incentivo ao uso de materiais sustentáveis na construção e edificações públicas é de relevante interesse social. Mister ressaltar a importância de projetos como este, fazendo com que os cidadãos tornem-

se esclarecidos nos assuntos relacionados à proteção do meio ambiente.

Segundo a Associação dos Fabricantes de Materiais Sanitários - ASFAMAS - o brasileiro gasta, em média, cinco vezes mais água que o volume indicado como suficiente pela Organização Mundial da Saúde.

Na reciclagem dos materiais da construção civil, os agregados reciclados podem ser destinados a programas comunitários de construção ou reforma de edificações populares, obras de calçamento e pavimentações de vias.

O Brasil tem um enorme potencial de aproveitamento de energia solar, mesmo assim, esta importante prática e econômica aplicação desta energia, é pouco aproveitada, já que a infra-estrutura para aquecimento de água, na maioria das residências brasileiras, é baseada nos chuveiros elétricos, equipamento de baixo custo inicial, mas de grande consumo de energia ao longo de sua vida útil, e que gera importantes demandas de capital para o setor elétrico e, altos custos ambientais e sociais. Os chuveiros elétricos consomem mais de 6% de toda a eletricidade produzida no país e são responsáveis por pelo menos 18% do pico de demanda do sistema.

Os aquecedores solares apresentam também vantagens sociais como a redução da conta de energia elétrica e a geração de um grande número de empregos por unidade de energia transformada. No Brasil, a produção anual de um milhão de metros quadrados de coletores gera aproximadamente 30.000 empregos diretos, empregos estes localizados em empresas de pequeno e médio porte, todas de capital nacional.

A impermeabilização consiste na cobertura do solo pela construção de habitações, estradas e outras ocupações, reduzindo a superfície do solo disponível para realizar as suas funções, nomeadamente a absorção de águas pluviais. As áreas impermeabilizadas podem ter grande impacto nos solos circundantes por alteração dos padrões de circulação da água e aumento de fragmentação da biodiversidade e seus ecossistemas.

O aumento da impermeabilização do solo é inevitável, em grande parte determinado pela ausência de estratégias que, apesar de baratas, são de reconhecida eficiência no que tange à preservação da permeabilidade do solo, como as previstas nesta lei. As consequências da impermeabilização são extremamente prejudiciais para o desenvolvimento sustentável. Tenha-se presente os efeitos catastróficos da impermeabilização dos solos nos grandes centros urbanos.

A elevada taxa de impermeabilização do solo urbano é um dos fatores que amplia o volume de água a ser escoado pelo sistema de captação da cidade. As áreas internas aos terrenos de residências, e mesmo de edifícios públicos, costumam ser totalmente impermeabilizadas por cerâmicas, lajotas, cimentados comuns, etc., o que impede a infiltração da água da chuva e sobrecarrega o sistema de captação. Além disso, muitos dos passeios públicos, calçadas, praças, locais de estacionamento aberto e outros, ou não possuem canteiros capazes de

absorver parte da água das chuvas, ou não possuem um calçamento adequado à mesma finalidade.

As linhas mestras da construção sustentável são as seguintes:

- gestão de obras: estudo de impacto ambiental; análise de ciclo de vida da obra e materiais; planejamento sustentável e aplicação de critérios de sustentabilidade; gestão dos resíduos na obra; estudos de consumo de materiais e energia para manutenção e reforma; logística dos materiais;

- aproveitamento passivo dos recursos naturais; iluminação natural, conforto térmico e acústico, formação e interferência no micro clima;

- eficiência energética: racionalização no uso de energia fornecida e, quando possível, aproveitamento de energias renováveis, como aeólica (vento) e solar; uso de dispositivos para conservação de energia;

- gestão e economia da água: uso de sistemas e tecnologias que permitam redução no consumo de água; uso de tecnologias que permitam o reuso e recirculação da água utilizada na habitação (para fins não potáveis); aproveitamento da parte da água da chuva para fins não potáveis e até potáveis (dependendo da região e tratamento aplicado);

- gestão dos resíduos gerados pelos usuários: criação de área(s) para coleta seletiva de lixo, destinação e reciclagem;

- qualidade do ar e ambiente interior: criação de um ambiente saudável, respirante e não selado/plastificado, isento de poluentes (tais como partículas em suspensão, compostos orgânicos voláteis), com uso de materiais biocompatíveis, naturais e/ou que não liberem substâncias voláteis;

- conforto termo-acústico: uso, se preciso for, de tecnologias eco-inteligentes para regular a temperatura e som compatíveis com o ser humano; umidade relativa do ar adequada.

Portanto, o projeto atende ao interesse público e contribuirá para a mitigação dos impactos ambientais causados pela não observância destes fatores relevantes na construção e reforma de edificações públicas em geral.

Abordar o desenvolvimento sustentável sob os aspectos da indústria da construção civil, incentivar o desenvolvimento de projetos e de novas tecnologias que proporcionem a redução da geração de resíduos, do uso racional de recursos naturais tais como a energia e a água, da utilização de materiais ambientalmente corretos e de determinar parâmetros para avaliação ambiental de edificações, são diretrizes que levarão o Governo certamente a dar exemplo para que a iniciativa privada também se estimule a colaborar com a sustentabilidade das gerações futuras.

PROJETO DE LEI Nº 207/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Poderão ser declaradas de interesse turístico, a nível estadual, as áreas instituídas na forma do dis-

posto na presente lei, onde existam atrativos de interesse turístico.

§ 1º Áreas Estaduais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território estadual, inclusive rios e lagos do seu domínio, a serem preservados e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

§ 2º Atrativo de Interesse Turístico é todo local, elemento ou atividade capaz de, por características próprias, determinar o deslocamento de pessoas com a finalidade de fruição dessas características, por motivações diversas.

Art. 2º A ação governamental para a execução da presente lei desenvolver-se-á por intermédio dos órgãos públicos e entidades privadas com atuação na área do turismo ou área correlata, nos termos da regulamentação da lei.

Art. 3º O órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado promoverá entendimentos com os órgãos públicos e entidades privadas a que se refere o artigo 2º, com o objetivo de se definirem os bens culturais e materiais protegidos por legislação específica que possam ter utilização turística, e os usos turísticos com eles compatíveis.

Art. 4º Compete ao órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado, realizar pesquisas, estudos e levantamentos necessários à identificação dos Atrativos de Interesse Turístico, bem como à determinação das Áreas Estaduais de Interesse Turístico:

I - de ofício;

II - por solicitação de órgãos da Administração Direta ou Indireta, estadual, metropolitana ou municipal; ou

III - por solicitação de qualquer interessado.

Art. 5º As Áreas Estaduais de Interesse Turístico serão instituídas por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Os Atrativos de Interesse Turístico serão instituídos pelo órgão oficial responsável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado, que fica autorizado a firmar convênio com as Prefeituras Municipais interessadas, a fim de realizar os estudos, pesquisas e levantamentos necessários à identificação e definição dos Atrativos e das Áreas Estaduais de Interesse Turístico.

Art. 7º Nas Áreas Estaduais de Interesse Turístico somente podem ser considerados, para efeito de aprovação pelos Municípios respectivos, os projetos de loteamento, construção ou quaisquer tipos de obras ou cartazes de publicidade em geral, que tenham sido previamente submetidos à apreciação do órgão oficial respon-

sável pela promoção do turismo na esfera do Governo do Estado e que tenham obtido aprovação.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a assinar convênios com os Municípios deste Estado para o efeito da concessão de estímulos fiscais e financeiros aos empreendimentos turísticos neles localizados.

Art. 9º Na elaboração ou atualização do plano rodoviário estadual conceder-se-á prioridade à construção de rodovias que sirvam às Áreas Estaduais de Interesse Turístico instituídas na forma do disposto nesta lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Política pública pode ser definida como um conjunto de ações exclusivas do Estado dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas, deste, sendo linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público.

A política pública sempre esteve atrelada ao turismo, desde quando seu surgimento com o capitalismo, que ofereceu toda estrutura necessária para o turismo surgir e crescer como vemos hoje.

Dessa maneira, o turismo inserido no contexto das transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea, tem como principal objeto de consumo o espaço com sua cultura, história, identidade e meios naturais que se caracterizam como atrativos turísticos de uma localidade.

Conscientizado da importância do turismo como um dos instrumentos de crescimento econômico e melhorias para a população, o Governo viabiliza, por meio das políticas públicas de turismo um desenvolvimento organizado para o setor, que seriam “orientações específicas para gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade” (DIAS apud BENI, 2002 p.120).

Dessa maneira, as políticas públicas de turismo teriam sua função na elaboração de diretrizes, estratégias e ações estabelecidas com o objetivo geral de alcançar ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística num dado território. Segundo Beni:

*Deve-se entender por política de turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades*

*da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e atividades mais suscetíveis de receberem apoio estatal. Ela deverá nortear-se por três grandes condicionamentos - o cultural, o social e o econômico -, por mais simples ou ambiciosos que sejam os programas, projetos e atividades a desenvolver, por menores ou maiores que sejam as áreas geográficas em que devam ocorrer; e quaisquer que sejam suas motivações principais ou os setores econômicos aos quais possam interessar (2001, p. 178).*

A tendência da humanidade é a de se concentrar nos grandes centros, o que torna esses núcleos humanos muitas vezes fonte de violência e neurose urbana.

Dado esse quadro, ter lazer é necessário, mas não suficiente. O turismo, permitindo ao indivíduo que se distancie do seu meio e de seu cotidiano, torna-se cada vez mais uma necessidade para o bem-estar do ser humano.

Devemos lutar por novas visões da atividade turística que possam unir empresários e o Governo no grande desafio de fazer com que, no futuro, o turismo não seja mais um privilégio de minorias, mas um direito de todo o cidadão.

Promover a atividade significa dar impulso a ela, fazê-la avançar, diligenciar para que ela se realize e não propriamente executá-la. Sendo assim, o papel do Estado na atividade do turismo vem a ser o de criar condições para que ela cresça, prospere, acompanhando sua evolução, detectando suas necessidades e propiciando meios para que ela se realize dentro de um constante aprimoramento.

Incentivar é basicamente estimular. Portanto, a Constituição, ao dizer que cabe ao Estado incentivar o turismo, dá a mensagem de que o Estado deve propiciar meios para incentivar essa atividade, como a título de exemplos, a redução de carga tributária das empresas que explorem a atividade turística, a concessão de linhas de créditos para facilitar os investimentos no setor, o treinamento profissional, a criação de pólos turísticos, a transformação de rios, lagos e áreas de conservação e outros.

Dentro deste setor, segundo a OMT - Organização Mundial de Turismo, 2003, é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, tendo uma participação de cerca de 10% no PIB mundial. É um número bastante significativo diante das inúmeras atividades geradoras de receita.

A perspectiva de inserção de novos espaços na economia do turismo aliado a todo conjunto de atividades atrativas complementares tem instrumentalizado os diversos agentes (públicos e privados) que através dos mais variados mecanismos como: planos de desenvolvimento, programas regionais e/ou locais têm elaborado políticas regionais e setoriais que visam colocar em marcha o desenvolvimento local e incluir estes espaços no circuito econômico do consumo do turismo.

Os debates acerca da manutenção da atividade turística como fonte principal e real dessas áreas antes

consideradas marginais ao desenvolvimento apregoam a necessidade de que o turismo se caracterize por uma valorização do aspecto econômico, da justiça social e da sustentabilidade ecológica. Este discurso deve promover as grandes mudanças nos perfis de renda e ocupação da população por ele atingida, direta e indiretamente. Isso porque os programas ou planos de desenvolvimento do setor perpassam por um processo integral, global e participativo, sendo essencial que todos estejam sensibilizados para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

Com base na nova discussão de sustentabilidade define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

a) a compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;

b) a integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;

c) a inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,

d) a gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

Frente a todas as potencialidades apresentadas acima, as inúmeras vantagens sócio-econômicas e culturais, além de outras que o turismo pode proporcionar a todos os agentes econômicos envolvidos, acredita-se que nos municípios, a atividade turística se caracteriza como um fator que contribuirá para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população e para a prosperidade das empresas e economia local.

#### PROJETO DE LEI Nº 208/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam Instituídos Planos Diretores Integrados de Transporte Público de Passageiros e de Mobilidade Urbana para a região metropolitana e as aglomerações urbanas no Estado do Paraná, objetivando implementar redes de transportes que atendam plena e universalmente à população.

§ 1º Os Planos referidos no *caput* deverão:

I - ser elaborados em acordo com as esferas federal, estadual e municipal de Governo;

II - prever a integração entre diferentes modalidades de transportes;

III - prever e contemplar redes de transporte público de média e alta capacidade, quando necessário.

§ 2º Os Planos deverão ser revistos periodicamente e contemplar:

I - estudos de demanda para horizontes temporais de curto, médio e longo prazo;

II - estudos de transporte, com vista ao estabelecimento de soluções adequadas a um modelo físico espacial, multimodal, tecnológico e tarifário;

III - estudos institucionais visando definir adequadamente formas de gestão e operação do plano;

IV - alternativas de investimento para a implantação do Plano.

§ 3º O Estado e os Municípios poderão associar-se, inclusive na forma de consórcio, com o fim específico de garantir efetiva integração na realização dos referidos Planos, bem como na gestão e na operação integrada dos mesmos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O intenso e rápido processo de urbanização e concentração populacional das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná e aglomerações urbanas, sobretudo a partir das décadas de 70 e 80, somados à incapacidade dos poderes públicos em viabilizar soluções na mesma proporção e ritmo, gerou um conjunto de problemas, dentre os quais, destacam-se aqueles relacionados à mobilidade urbana e ao transporte público, sobretudo face ao deslocamento de grandes contingentes populacionais entre municípios vizinhos em áreas conurbadas.

O desenvolvimento de Planos Diretores Integrados Público de Passageiros e de Mobilidade Urbana, prevendo a integração intramodal e intermodal de transportes e projetando a implantação de novos investimentos, favorecerá não só a melhora da qualidade do transporte de passageiros - com menor impacto ambiental, melhoria da qualidade de vida da população, diminuição de acidentes no trânsito - mas também será um elemento fundamental para a integração institucional e tarifária, com vistas a uma diminuição do tempo e custo de deslocamento da população.

PROJETO DE LEI Nº 209/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover a defesa de bens, direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da humanidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 210/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no Município de Piraquara, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover a melhoria da qualidade do ensino público e privado no Município de Piraquara e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 211/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública o Instituto BS Colway Social, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto BS Colway Social, com sede e foro no Município de Piraquara, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Piraquara e região, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 212/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila dos Ofícios I e II, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila dos Ofícios I e II, foi fundada em 03 de julho de 1996, é uma Associação Civil sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 213/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam incluídos os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Apesar, que historicamente, os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha pertencerem ao Sudoeste Paranaense, as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES excluíram os referidos municípios da referida região paranaense.

As razões que justificam a permanência desses municípios na Região Sudoeste são muitas e inquestionáveis: o Município de Clevelândia é considerado a Cidade Mãe do Sudoeste, pois dele foram desmembrados os Municípios de Mariópolis, Vitorino, Renascença, Marmeleiro, Pato Branco, Francisco Beltrão, Realeza, Santo Antonio do Sudoeste, Itapejara do Oeste, Verê, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Ampére, Santa Izabel do Oeste, Salgado Filho, Barracão, Pérola do Oeste, Planalto, Capanema, Pranchita, Enéas Marques e Nova Prata, e destes Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha.

Sendo assim, solicitamos a revisão da decisão de excluir os municípios já relacionados da Região Sudoeste, por tratar-se de uma decisão unilateral e absurda, desrespeitando os aspectos econômicos, sociais, culturais, étnicos e históricos da região.

PROJETO DE LEI Nº 214/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dr. William Soto Santiago.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Na caminhada política, nas idas e vindas, tive o privilégio de conhecer e manter afinidade com muitos Pastores de diversas comunidades evangélicas de Curitiba, da Região Metropolitana e ainda, do interior do Paraná. Assim, tive conhecimento de um pouco do muito que o Dr. William Soto Santiago tem feito em favor das pessoas, das famílias e das comunidades, inclusive em outros Estados e até mesmo fora do Brasil.

Tenho a felicidade, Srs. Deputados, por ter vindo à minha pessoa, na condição de Parlamentar, a missão sublime de propor a outorga do título de Cidadania Honorária de nosso Estado a tão honrado Cidadão do Mundo.

Poderia ficar percorrendo por laudas e laudas, falando das boas coisas desenvolvidas pelo Dr. William, para justificar a presente homenagem. Prefiro, entretanto, nobres Pares, anexar uma síntese do *curriculum* do homenageado, que expressa por si só, o merecimento da proposição.

Aprovando este projeto de lei, tenho a certeza de que estaremos engrandecendo sobremaneira nossa Casa Legislativa, pois dentre tantos ilustres Cidadãos Honorários e Beneméritos do Paraná, William Soto Santiago será, em verdade, um dos baluartes merecedores da honraria pretendida.

Certo do apoio unânime, antecipo meus sinceros agradecimentos, em nome das milhares de pessoas que seguem a orientação doutrinária pela paz do Dr. William Soto Santiago, em todo o mundo.

PROJETO DE LEI Nº 215/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Agraciar cidadãos que dignificam o nosso Estado em todos os recantos, certamente é uma tarefa ousada, mas que traz consigo a oportunidade de rendermos nossa homenagem a pessoas que brilham e se destacam no território paranaense e até mesmo fora dele.

Cândido Furtado Maia Neto, curitibano da gema, é destes filhos da terra que nos enche de orgulho pela sua vida, é um verdadeiro “bicho do Paraná”.

Integrante do Ministério Público do Paraná, antes advogou na Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, tendo a honra de trabalhar no Escritório do renomado René Ariel Dotti, em Curitiba. Como Promotor de Justiça, atuou em Apucarana, Tibagi, Imbituva, Terra Rica, Pato Branco, Curitiba e Foz do Iguaçu.

No desempenho da função no Ministério Público, alguns destaques: preocupou-se em assegurar os direitos dos presos nas comarcas que passou, foi conferencista em vários países da América Latina. Em Brasília, foi titular de Justiça e Segurança Pública, na qualidade de Secretário de Justiça e Segurança Pública a nível Nacional, participou da Campanha “O Rio contra o Crime”, ação da Rede Globo de Televisão, da Comissão de Alto Nível que elaborou o anteprojeto do Estatuto Penitenciário do Paraná, da Comissão Jurídica de Alto Nível do Fórum Social do MERCOSUL.

No mundo acadêmico, é colaborador de revistas jurídicas, como: Consulex, Síntese, da Editora Juruá.

É professor de Direito Penal, Processual Penal, Criminologia/Vitimologia, Direito Penitenciário/Execução Penal e Direitos Humanos. Ministrando aulas no Brasil: UNIPAR, UNISEP, UNIOESTE, UEPG, FACAM, UDC, FASIP, no exterior: Paraguai, Guatemala, Venezuela, Cuba, Equador e na Espanha.

É consultor internacional das Nações Unidas - ONU.

É doutorado para o aperfeiçoamento profissional e para o Magistério Superior. Mestre em Ciências Penais e Criminológicas. É doutor em Direito pela Universidade Del Zulia/Venezuela.

Pós-Doutor, pelo Instituto Vasco de Criminologia na Espanha.

São mais de 89 conferências em mais de 26 cidades brasileiras, doze estrangeiras, 59 artigos jurídicos publicados em livros, quatorze publicados em revistas jurídicas, 72 artigos publicados em periódicos.

São cinco livros individuais, dez em co-autoria e ainda, sete traduções do espanhol para português de artigos jurídicos e livro.

Mas a grande sacada do alvo de nossa homenagem, é a defesa, a construção do direito alternativo daquele que incorre em criminalidade: os Direitos Humanos do preso. Dr. Cândido é um baluarte, quer seja na discussão, na elab-

oração, na construção de uma ação certa na defesa intransigente dos Direitos Humanos, nesta função primaz do Estado de humanizar, de ressocializar o cidadão. Sendo suas palavras, seus pensamentos, espalhados por este país, pela América do Sul, certamente vão perpetuar pela humanidade. Um homem digno de receber nosso aplauso, um homem que fez bem ao mérito.

PROJETO DE LEI Nº 216/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 27 da Lei Complementar 103/04, do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27...

III - Gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da Carreira do Professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino, da Função de Documentador Escolar e da Função de Assistente de Área.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei vem acrescentar no inciso III do artigo 27 da Lei Complementar 103/04, às funções de Documentador Escolar e Assistente de Área, tendo em vista que exercem funções correlatas, na área administrativa, e que não recebem o mesmo benefício que a lei lhes garante, por estarem excluídos da mesma, funções estas regulamentadas em atos administrativos da Secretaria de Estado da Educação, em atenção especial a função de Documentador Escolar, que exerce a mesma função que o Assistente de Área, e que muitas vezes atende a um número maior de escolas e tem uma extensão geográfica muito mais ampla e com o número de carga horária idêntica sem receber nenhuma gratificação. Para exemplificar: os Assistentes de Área do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, que atendem em média doze escolas cada um, tem gratificação e há documentadores no Paraná que atendem a mais de vinte escolas, sem receberem nada a mais por isto. Para corrigir esta desigualdade é que propomos a alteração, dispondo a todos a igualdade da lei.

PROJETO DE LEI Nº 217/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a CALI - Casa de Apoio Libertação, com sede e foro no Município de Campo Mourão.



Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A elevação à condição de Utilidade Pública, é medida necessária às entidades sociais que diariamente proporcionam mais e melhores condições para muitos paranaenses.

A CALI, entidade mourãoense, tem sua primeira fundação em 16 de agosto de 2003, seus Diretores não percebem remuneração alguma e seu objetivo central é dar assistência a indivíduos usuários de drogas.

Pela relevância de suas atividades, certamente quer a Casa de Apoio o aval para buscar auxílios com outras instituições e apoio institucional, o que esta Casa contribuirá enormemente.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra, Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, atendendo uma reivindicação feita pelo nosso Deputado de Londrina, que desempenhou aqui, durante os últimos dias, uma discussão ampla, Antonio Belinati, no que se refere à questão da participação no Paraná, como uma das sedes da Copa do Mundo.

Estou protocolando, hoje, com o apoio da grande maioria dos Srs. Deputados, um requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que cria uma Comissão Especial composta por sete membros, para postular que o Paraná seja uma das sedes da Copa do Mundo, para acompanharmos e darmos apoio. Estão havendo algumas divergências entre as equipes. Estou pedindo para que possamos formar essa Comissão, para acompanhar, ajudar e incentivar que o Paraná possa ser uma das sedes da Copa do Mundo.

Por isso estou requerendo nesta tarde este pedido especial, para que possamos formar essa Comissão, que acompanha uma Comissão de Deputados, para que o Paraná seja contemplado com essa sede da Copa do Mundo.

No dia de ontem muitas notícias e confusões. Há muita intriga e discussão entre os clubes. Ontem, a CBF enviou ao Governador Requião um caderno de encargos da FIFA, com as exigências para a realização do mundial. O Governador está recebendo esse caderno. O Paraná não está fora e vai participar.

Ainda ontem estive conversando com o Presidente Moura. Há o interesse e algumas divergências, que

devem ser superadas. E o Paraná não vai ficar fora desse grande momento, que vai viver o nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou pedindo a instalação dessa Comissão, que será composta por sete Deputados, para que junto com a Federação Paranaense de Futebol, os clubes e os que gostam do esporte do Paraná, do futebol, possam ajudar a definir a vinda de uma das sedes da Copa do Mundo, como vem também cobrando, aqui, o nosso eminente Deputado Belinati, que tem cobrado e com toda razão. O Paraná não pode ficar fora dessa subsede da Copa do Mundo. Por isso, estamos encaminhando essa Comissão, que terá a incumbência de fazer a sua parte, porque está havendo muitas dúvidas e dificuldades, com muitas intrigas e brigas.

Acho que esta Casa pode cumprir o seu papel de ajudar a resolver esse impasse, que estamos tendo neste momento no Paraná. O Paraná não pode perder, porque tem grandes estádios belas cidades, uma torcida que ama o futebol. Temos condições de sediar aqui ou no interior a subdivisão dessa Copa do Mundo, uma das subsedes.

Peço apoio aos companheiros. Estive na Federação conversando com o Presidente Moura, ontem, pedindo a ele para que fizéssemos esse requerimento, hoje. O Presidente concorda e acha importante a participação desta Casa, nesse pleito. O Presidente deixou muito claro que não há divergência nenhuma da parte dele com o Presidente da CBF e que, certamente, o Paraná será beneficiado com essa subsede da Copa do Mundo.

Por isso, a instalação dessa Comissão será muito importante para ajudarmos e acompanharmos na instalação e na vinda dessa subsede da Copa do Mundo para o Paraná.

Então, é isso Sr. Presidente! Queria pedir o apoio dos companheiros. Acho que para quem gosta do esporte, a Copa do Mundo é um momento muito importante e haverá de divulgar e destacar o nosso Paraná e mostrar a pujança principalmente do futebol paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos acompanhando talvez um dos piores momentos que o Brasil já passou sob o descrédito internacional, um descrédito que aqui no Paraná já sentimos principalmente nas reuniões que temos - no mínimo uma ou duas vezes no mês - com empresários que querem vir investir em nosso Estado, principalmente na questão do apagão aéreo, que é sinalizado em dois momentos, sendo um no CINDACTA I, em Brasília, e outro no CINDACTA II, aqui em Curitiba. E discutimos ontem com

dezenas de lideranças, até nos cobrando o que a Assembleia Legislativa estaria fazendo pelo menos para repassar as informações corretas às pessoas que estão utilizando aviões, o transporte aéreo; da segurança ou insegurança que essas pessoas estão tendo em um momento tão delicado, que cada um dos senhores aqui que utilizam voltando às suas bases, seja o Afonso Pena ou qualquer outro aeroporto, nem sabem se chegam a tempo nas suas bases no mesmo dia.

Por isso, Sr. Presidente, nós visualizamos juridicamente, fizemos uma reunião muito clara pela nossa jurisdição como Deputado Estadual para que possamos, no dia de hoje, pedir a instalação de uma CEI dos Deputados Estaduais do Paraná em uma investigação, não no aspecto de uma CPI, que seria uma prerrogativa da Câmara Federal, mas uma CEI que nós, com todos os nossos Partidos unidos, viéssemos a passar informações concretas à população paranaense. População essa, como me dizia uma professora ontem, que viu o seu parente falecer no Afonso Pena de tanto nervosismo e pressão contrária, teve um infarto e veio a falecer em nosso aeroporto. Mas vocês imaginem quantos faleceram e quantos virão a falecer no aspecto real da vida, mas quantos processos que poderíamos ter evitado de conflito entre as empresas aéreas e o Governo, como falava ontem um empresário italiano, que diz que a comunidade européia vai evitar autorizar que os vôos da Europa venham para o Brasil enquanto não houver um acordo entre esse caos que estamos tendo do apagão aéreo e o Governo Federal.

Temos essa prerrogativa, Deputado Dobrandino, O senhor que é Deputado representante da cidade que absorve o maior número de turistas do Paraná. O senhor sofreu, com certeza, muitos prejuízos na sua cidade. Curitiba está sofrendo, o Brasil inteiro está sofrendo e nós só sabemos das notícias reais pela imprensa. Nenhum Deputado Estadual sabe responder essas perguntas. Eu não sei responder, não sei se vai haver esse apagão novamente, Deputado Douglas, na quinta-feira, que já está ecoando em todos os cantos do Brasil, e que nós estamos esperando, Deputado Nelson, meu Presidente.

Eu estou tentando realmente buscar mais informações para que todos nós do Paraná, os Deputados, os empresários, todos os que transitam e que precisam do transporte aéreo, sejam respeitados, que tenham segurança, como algumas pessoas que vieram a semana passada ao meu gabinete, até uma que faz tratamento de câncer, que vem toda semana de Londrina, consultar com um especialista aqui em Curitiba, tem que vir ou de carona com algum parente, ou de ônibus, sendo que ela mal consegue andar e está tendo que se submeter a esse tipo de tratamento.

Mas, não vamos nos alongar mais, porque existem tantos outros assuntos pertinentes a esse apagão aéreo, que eu acredito que todos nós temos essa preocupação. Por isso, quero encaminhar, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, este pedido de CEI, que seja instalada ainda hoje essa Comissão de Investigação para que todos

nós tenhamos uma explicação, ou quiçá possamos ajudar em uma solução, como já ajudamos em outros conflitos federais, a nível de Paraná.

Eu visualizo, Deputado Belinati, que Londrina, onde nós temos uma das cidades que mais cresce no Estado a nível de investimentos de empresários, pela sua localização estratégica, está perdendo muito também.

Mas, encerro dizendo que na prerrogativa e na jurisdição que cabe a nós como Deputados Estaduais, buscaremos oferecer ao Paraná todas as informações de como, de quem, e de quando nós teremos realmente a coerência de acabarmos com esse apagão aéreo. Se necessário, mudarmos até uma legislação em parceria com os Deputados Federais. Mas ficaremos aguardando que a qualquer momento tenhamos uma notícia de que qualquer avião, oriundo de qualquer lugar do Mundo, precise sair do espaço aéreo brasileiro para parar no Paraguai ou na Argentina, ou em qualquer lugar da América do Sul. Eu não quero realmente passar por isso, porque imaginem se nós fôssemos um desses passageiros.

Não quero conflitar com o Governo Federal, mas se for necessário e se houver uma condição técnica, jurídica e administrativa, caso não seja solucionado, buscar uma intervenção a nível de Forças Armadas, porque isso é um aspecto de segurança nacional, estadual e de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Osmar Bertoldi.

### ***Deputado Osmar Bertoldi (PFL)***

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna para pedir o apoio do Plenário para um projeto de lei que eu dei entrada hoje, que dispõe sobre a obrigatoriedade do conceito de construções sustentáveis em edificações públicas em geral, e dá outras providências. Este projeto tem como objetivo sistematizar as construções públicas no nosso Estado no sentido de poder aproveitar nessas construções as águas de chuvas, águas servidas. O Brasil, só nesse item, tem o hábito de consumir, pelo menos, cinco vezes mais do que os índices internacionais de consumo de água em geral de outras populações. O Brasil é um país onde, muitas vezes, nesse quesito de construções sustentáveis ainda está engatinhando, mas este é um movimento que começou a ocorrer na Europa na década de 70 e de lá para cá os arquitetos têm contemplado em seus projetos vários itens, como utilização de outro tipo de energia e no projeto tratamos deste assunto, como energia solar, o aproveitamento de lâmpadas não incandescentes, mas sim fluorescentes, e hoje com as novas tecnologias que são as lâmpadas de Led. As lâmpadas de Led utilizadas hoje em dia em semáforos e já estão à disposição na questão de

iluminação pública, elas consomem algumas centenas de vezes menos energia do que uma lâmpada comum. É muito simples a conta - uma lâmpada de 100 watts incandescente, vira luminosidade somente 5%, ao passo que uma lâmpada de Led com 5 watts, 98% vira luminosidade. Então, é uma construção mais inteligente em todos os sentidos. O mesmo ocorre com a lâmpada fluorescente que tem uma luminosidade em torno de 20% de uma lâmpada de 100 watts, por exemplo.

Então, procuramos com este projeto mostrar que o Estado pode dar o exemplo na questão da construção. Ele prevê também ventilação e luminosidade natural nos projetos arquitetônicos de escolas, hospitais, enfim, prédios públicos de um modo geral. Prevê este projeto uma ocupação de solo dos terrenos de no máximo 50% no caso de terrenos vazios, terrenos livres de mata e de 30%, no máximo, em terrenos aonde já exista uma vegetação nativa. Este item em si é algo que a Cidade de Curitiba já pratica na sua lei de zoneamento e de uso do solo. Obviamente eu não poderia legislar a este respeito a nível de Estado, mas posso legislar sobre as futuras edificações do Estado no sentido de que o Estado dê um exemplo para a sociedade de que é possível, sim, em todos os âmbitos, estar fazendo algo que seja bom para a questão do meio ambiente. O meio ambiente, hoje, já sabemos os graves problemas que temos enfrentado na questão do aquecimento global e tudo isso passa pelo consumo de energia.

A medida que nós tivermos construções mais eficientes na questão de luminosidade, construções que prevejam o uso de materiais com menor consumo de energia, com certeza teremos o menor consumo dos recursos naturais do nosso planeta e com isto conseguiremos, sim, combater a questão crucial, mundial, que é hoje a questão do aquecimento global. Este projeto vem ao encontro a um movimento mundial neste sentido e eu gostaria de poder contar com o apoio de todo o Plenário.

Muito obrigada.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, Democratas, PT.

(Declinam)

PP. Com a palavra a Deputada Cida Borghetti

### ***Liderança do PP: Deputada Cida Borghetti***

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, colegas Deputadas, colegas Deputados, imprensa, convidados.

Apenas para justificar a nossa ausência no dia de ontem quando estivemos, por designação do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, representando esta Casa na reunião da União Nacional dos Deputados Estaduais, na qual o Presidente Liberman Moreno, que é o Depu-

tado que representa o Amazonas, reuniu mais de dezessete Presidentes de Assembléias de todo Brasil.

O Rio Grande do Sul foi escolhido oficialmente para sediar a reunião da UNALE, que vai tratar do tema principal, reforma política, serão abordados também temas ligados ao meio ambiente. Disputaram também com o Rio Grande do Sul, o Ceará e o Acre.

Naquele momento foi muito bem lembrado - e tenho aqui, Sr. Presidente, um nó na garganta - o nosso querido Deputado Zé Maria que ajudou, há onze anos atrás, a criar a UNALE. Foi muito bem lembrado, vai com certeza nos ajudar durante os quatro anos nesta Casa. Foi, sem dúvida nenhuma, o momento o qual nós estávamos lhe representando, mas um momento muito especial porque o Zé Maria não vai deixar saudades, vai estar aqui ao nosso lado.

Muito obrigada por nos deixar ouvir o nome de um paranaense dito na união nacional de todos os Deputados Estaduais do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Boa-tarde Sr. Presidente, queria pedir atenção especial dos Deputados Marcelo Rangel, Rui Hara, Fernando Carli Filho, Tadeu Veneri e dos demais membros da Comissão de Saúde desta Casa. Nós estaremos protocolando na tarde de hoje um requerimento ao Tribunal de Contas, solicitando que se realize um treinamento para os Conselheiros Municipais de Saúde.

Em 1990, através da Lei nº 8142, foi delegado à sociedade civil uma das tarefas do Poder Legislativo, através dos Conselhos Municipais de Saúde, a tarefa de fiscalizar o uso do dinheiro público destinado a saúde. Os Conselhos Municipais de Saúde são constituídos paritariamente por gestores da Saúde, trabalhadores de Saúde, prestadores de serviço e usuários do Sistema Único de Saúde. O que nós assistimos nos diversos municípios que conhecemos é que estes usuários, embora líderes comunitários, muitas vezes têm dificuldades e não estão preparados para desempenhar o papel que o Tribunal de Contas e que a Lei 8142 lhes reserva que é de fiscalizar o adequado destino do dinheiro público investido na Saúde. Nós estaremos protocolando esse requerimento para colaborar, dessa forma, com a capacitação dos mesmos.

Mas eu também queria pedir a atenção dos senhores com relação a uma reportagem do Jornal Nacional, há 15 dias atrás, onde se dizia que o SUS tem filas de fantasmas e se colocava no Jornal Nacional como sendo uma prerrogativa daquele município. O que nos causa bastante tristeza é que isso, o fantasma da fila do SUS é quase uma

regra em quase todos os municípios da região metropolitana.

O que significa isso? Deputado Romanelli, eu quero que fique bem claro que isso não é uma situação deste Governo, o da gestão do Dr. Cláudio. É uma questão herdada, a organização do SUS no Estado do Paraná. Nós temos uma central de marcação de consultas que gerencia as consultas especializadas e os exames especializados. Hoje nós sabemos que 70% das consultas especializadas e exames especializados são utilizados pelos curitibanos e os 30% restantes são divididos com cerca de 22 municípios, ou seja, os municípios da Região Metropolitana e do litoral, o que é absolutamente pouco. Nós temos municípios como a Lapa que, em algumas especialidades, esperando uma consulta especializada, por exemplo, neurologia, de seis meses a até um ano. Fila para o exame de ecocardiograma que hoje é quase como era um eletrocardiograma para os cardiologistas há alguns anos atrás, temos fila de espera de um ano e meio para a realização desse exame.

Agora, o que mais me preocupa é essa questão do fantasma na fila do SUS. Como isso acontece? Pela manhã, abrem as centrais de marcação de consulta. Os municípios têm que estar com um profissional, geralmente um estagiário ou um auxiliar de enfermagem à frente de um computador onde uma vaga aparece e ele tem que inserir rapidamente o nome do usuário que necessita dessa vaga. Alguns municípios têm estrutura física, com computadores, estrutura de recursos humanos para acessar esse sistema rapidamente, mas a grande maioria dos municípios não possui isso. Então, centralizam num único lugar, toda a demanda das diversas Unidades de Saúde. Quando esse profissional digita rapidamente, ele consegue pegar a vaga na sorte e na habilidade. Hoje estão lançando mão de uma situação assim: para não ter que, por exemplo, digitar um nome difícil como Ney Leprevost, com “y” e etc., etc., é mais fácil colocar João da Silva. João da Silva vai para a neurologia e figura-se a vaga para o João da Silva. O João da Silva não existe, mas depois, entra-se no sistema mais tarde e troca esse nome, como usei o exemplo do nome do Deputado Ney Leprevost que é membro da Comissão de Saúde.

O que acontece com isso? Em algumas situações isso é feito para beneficiar o sistema. Em alguns municípios, conforme denunciou o Jornal Nacional, é uma moeda na mão daquele profissional e ele pode trocar por qualquer coisa. É uma consulta que ele tem assegurado no Sistema Único de Saúde e ele pode usar isso como uma barganha política e o João da Silva pode ser substituído por qualquer outra pessoa e até alguém que tenha sido inserido no sistema, naquele dia, em detrimento do outro que está há seis meses esperando aquela consulta especializada.

Eu queria muito solicitar, como falei, à primeira vista, o meu requerimento é para o treinamento de Conselheiros, para que os Conselheiros façam esse papel por-

que é deles, mas caberá a nós e eu estarei procurando os membros da Comissão de Saúde, para que possamos ouvir o nosso Secretário Estadual de Saúde com relação a essa situação. Nós temos problemas e problemas sérios com relação à saúde. Em muitos lugares, e os Deputados e os Vereadores sabem do que eu estou falando, somos acionados para resolver problemas de saúde, para que possamos interferir na conquista - se é que eu posso dizer conquista - de um leito hospitalar ou de um exame complementar, ou até de uma consulta especializada.

Eu não entendo ser esse o nosso papel, de fazer política no varejo. Eu entendo que nós tenhamos, sim, que fazer o enfrentamento desse problema. Eu também entendo que saúde é muito mais do que médico e remédio. Eu tenho assistido durante toda a minha estada à frente de Centro de Saúde, pessoas procurarem na Saúde respostas para os seus problemas de saúde, cuja causa não está no bojo da saúde. Para simplificar, as pessoas não dormem à noite, porque não têm como pagar as suas contas, porque a luz está atrasada, a água está vencida. Aí, as pessoas vão aos centros de saúde buscar, um “dia-sepan”, para dormir.

Então, muitas vezes a medicação, a busca de saúde, exemplificando, não está no bojo da saúde. Mas, nós temos que discutir dentro da saúde, essas outras situações. Muitas vezes, morar em condições inadequadas, não ter acesso à educação, não ter acesso ao mercado de trabalho faz com que os processos de doenças sejam desencadeados na vida das pessoas. É mais fácil buscar a consulta médica e o medicamento, do que lutar por essas outras políticas: seja de educação, seja de habitação ou de inserção no mercado de trabalho.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Queria na verdade dizer que eu gosto muito da profundidade com que V. Exa. aborda um tema tão importante. Hoje ainda eu dizia que muito provavelmente nós, no ano que vem, vamos ter mais uma eleição em que a pauta principal da eleição vai ser a saúde e a segurança, para não perder a veracidade da minha afirmação.

Digo isso, porque reconhecidamente, nós vivemos numa sociedade que foi construída a partir de relações muito complexas. Temos que reconhecer que num sistema como o nosso, convive o sistema público e o privado. Dentro do privado, o filantrópico. O privado que visa lucro, interagindo as três esferas de poder, sem considerarmos que há uma absoluta falta de recursos para atender essa grande demanda. Considerando que no nosso caso paranaense, 70%, da rede hospitalar é privada.

Creio que de fato essa abordagem, Deputada Rosane, é absolutamente necessária, porque sabemos que faltam recursos, mas também temos que melhorar a gestão, sem dúvida nenhuma, principalmente considerando uma região metropolitana como a nossa. Curitiba, hoje, tem gestão plena do SUS. Cria de fato um antagonismo, de certa forma, com os municípios metropolitanos, porque de fato ela absorve e diria até que presta uma quali-

dade de serviço melhor para o curitibano do que para o metropolitano. As regiões metropolitanas têm que ser repensadas.

Mas, eu não tenho dúvida de uma coisa que nós vamos ter que enfrentar, tanto na área da saúde, como da segurança pública: ou vamos pensar em estadualizar as políticas e dar maior autonomia para cada ente federado, organizar isso a partir dos recursos que devem ser transferidos constitucionalmente pela União, ou de fato vamos querer ficar aplicando soluções, que valem para o Brasil continente, do ponto de vista de gestão geral da saúde, mas que quando você aplica num caso concreto, você tem essas dificuldades.

Queria dizer que as suas ponderações são extremamente interessantes. Acho que essa questão da gestão tem que ser melhorada, aperfeiçoada. Acho que isso deve merecer, inclusive, um encaminhamento, parece-me, muito mais recomendações, até administrativas, que devem ser feitas à Secretaria da Saúde.

Parece-me extremamente procedente e que buscam aperfeiçoar de fato, melhorar muito. Aliás, para ser sincero, melhorar um sistema que sabemos que de fato é frágil hoje em dia.

Meus parabéns, pela profundidade da abordagem do tema.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado Romanelli.

Como eu disse, não é uma prerrogativa desta gestão, nós estamos com esse problema há vários anos, Sr. Presidente. Eu enfrentava dificuldades no meu dia de trabalho há quase vinte anos, frente ao SUS, trabalhando na ponta, abrindo centro de saúde todos os dias e tendo o primeiro enfrentamento com a população usuária.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustre Deputado Romanelli; eu recebi de V. Exa., respeitosamente, o qual elogio e elogiei no momento, as informações encaminhadas pelo Secretário de Obras.

Quando vi o volume de papéis, digo a V. Exa. que me impressionei. Disse: “olha, estão aí todas as informações”. Aí, no final de semana, como é de costume, Parlamentares do interior viajam, a minha assessoria ficou trabalhando em cima do relatório que V. Exa. nos entregou. E no domingo, eu tinha apenas conversado com a nossa assessoria e já tínhamos percebido que as informações eram incompletas.

Para nossa estranheza, no domingo, quando abrimos os jornais, uma entrevista do atual Secretário de Obras do Governo, Marcelo Almeida, que declarou à imprensa que determinou uma moratória na Secretaria, a partir de um levantamento que apontou que 8,6% das obras estão paradas.

Isto significa, sim, um valor em torno de 17 milhões. Além disso, o Secretário Caron nos trouxe outras afirmações, que vieram de encontro ao que nós tínhamos afirmado. Ele disse, na sua entrevista, que o aditivo só é necessário quando há uma catástrofe na cidade, um vendaval, algo desta forma.

Então, o próprio Secretário afirma o que nós vínhamos afirmando, pedindo ao Líder do Governo que aprovasse nosso requerimento para que nós tivéssemos todas as afirmações. Aí o argumento do Líder do Governo era de que o nosso pedido de informações era muito abrangente.

De repente, vi que nosso requerimento não era mais tão abrangente. Neste requerimento estavam vindo as informações. Aí, vou verificar as informações e as informações não estão completas. Tem um disparate, Deputado Romanelli, até para que V. Exa. possa cobrar do Secretário, porque ele ainda é Secretário de Governo e eu sei o que é ser Líder do Governo, já passei por este cargo e não lhe invejo, porque é um dos cargos mais espinhosos que existem.

O Secretário, com o objetivo de constranger-me - pelo menos foi esse o meu entendimento - mas se não foi essa a vontade do ilustre Secretário, peço aqui escusas, mas o Secretário encaminhou entre essas pastas, informações do atual Governo e para traçar um comparativo mandou informações do Governo anterior. Até aí nada de mais, porque as informações do Governo anterior também são válidas. Agora, no próprio relatório há uma contradição que não se explica, Deputado Romanelli. No relatório do Governo anterior levei por obras, não quero nem entrar na tese que foi 8%, 5%, 6%, porque a grande verdade é que se eu encontrar um centavo de desvio de dinheiro público já valeu a pena. Não é o valor que me interessa, o que me interessa é exercitar a minha função.

Há um erro que talvez o Secretário, hoje, não me mandaria as informações do Governo anterior. Veja como o destino, às vezes, é traiçoeiro. Ele encaminhou as informações do Governo anterior, que é especificado por obra. Até aí, normal. Ora, o Secretário vai encaminhar as informações, eu quero saber quanto custou, por exemplo, esse prédio que foi construído em frente ao Palácio Iguaçu. Então, tem que ser por obras, mas aí o ilustre Secretário Caron encaminhou no seu relatório os seus aditivos por microrregiões. Então, ele pega microrregião metropolitana e manda o valor das obras que foram aditivadas. Como eu vou saber qual é a obra da região metropolitana para poder fiscalizar?

Deputado Romanelli, tenho visto V. Exa. no exercício da Liderança do Governo, com tanta competência e boa vontade e fico até constrangido de devolver esses

documentos a V. Exa., mas pode ter certeza que temos observado que V. Exa. tem se esforçado para manter a transparência, para ter o diálogo com a Oposição, mas há momentos em que nós vamos divergir muito nesta Casa.

Como V. Exa. me fez a entrega aí, ao lado da sua poltrona da Liderança do Governo, quero que V. Exa. me permita que eu faça a entrega e a devolução dos documentos a V. Exa. no mesmo lugar, com o mesmo respeito, com as mesmas tratativas, mas gostaria que V. Exa. dissesse ao Secretário Caron: o volume de documentos não engana os Srs. Deputados. O que nós precisamos são informações.

Peço aos Srs. Deputados, até compreendendo a justificativa do ilustre Líder do Governo, aonde ele justificou que os requerimentos apresentados pela Oposição eram muito abrangentes. Por essa razão, Deputado Romanelli, até para não causar muito serviço, para não tirar o objetivo maior, que é o bem atender a população paranaense, eu vou iniciar apresentando requerimentos por obra.

Iniciarei, hoje, apresentando um requerimento, e espero contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa e de V. Exa. que tem a grande liderança da maioria dos Deputados. Vou apresentar um requerimento pedindo informações sobre o que eu considero uma obra que foi realizada e que tem que ser reconhecida. Uma obra que estava abandonada: o prédio que está na frente do Palácio Iguazu, está na frente da Assembléia, o qual reconhecemos o trabalho do Governo.

Mas, inicio focalizando o primeiro que está a nossa frente para depois continuar o meu trabalho, porque as afirmações que foram feitas agora não foram mais feitas apenas pelo Deputado Rossoni, Líder da Oposição. Foram feitas pelo atual Secretário de Obras, claro, dizendo em outras palavras, mas para um bom entendedor, meia palavra basta.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Deputado Rossoni, se me permite exercer contraditório, quero dizer que lamento que V. Exa. vá à tribuna e queira devolver os documentos. Claro que os recebo. Agora, lamento, porque esses requerimentos haviam sido rejeitados por este Plenário; e eu inclusive, sem fazer uma análise mais detalhada, imediatamente falei: vou passar os documentos com a maior transparência ao Líder da Oposição.

E por que fiz isso? Por amor a verdade. O nosso Governo, o Governo Requião, não tem absolutamente nada a esconder. É um Governo transparente, é o terceiro Governo do nosso companheiro Requião. Temos tido sempre momentos de prosperidade no nosso Estado e, fundamentalmente, respeito ao dinheiro público.

Agora, penso que V. Exa. tem que, de fato - e acho que foi importante, porque eu também quero dizer o seguinte: talvez V. Exa. esperasse que eu fosse me sentir profundamente indignado. Não me sinto. Quero dizer a V. Exa. que recebo os documentos de volta e espero que

V. Exa. faça exatamente isso; que possa pontuar: olha, tenho dúvida sobre determinada obra". Muito bem. Vamos investigar se há alguma irregularidade naquela obra específica.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Rossoni, demais Deputados: o nosso Governo age com absoluta transparência. Nessas pastas contém as obras, os aditivos.

Também li a entrevista do Deputado Marcelo Almeida, também achei contraditória, porque havia uma afirmação de uma indústria de aditivos e daí, na entrevista, dizia que não havia indústria de aditivos.

Aqui, tem pessoas, Deputado Rossoni, V. Exa. foi Prefeito e temos aqui Secretários de Estado, Secretários Municipais, Prefeitos, sabemos que é quase impossível num Governo, numa Secretaria de Obras, que coordena as obras do Estado, não ter aditivo. É impossível, até por conta do orçamento público, que obedece a uma lógica de só poder empenhar aquilo que tem previsão orçamentária. Você muitas vezes tem que fracionar determinada obra.

Penso que V. Exa. deve fundamentar bem. Vou buscar as respostas para que possamos esclarecer cada ponto necessário. Não temos absolutamente nada a esconder e tudo tem que ficar absolutamente transparente, porque essa é a regra do Governo Requião.

Então, recebo as pastas e também recebo os pedidos necessários para complementar essa documentação e se V. Exa. permitir, encaminharei pela própria Liderança do Governo para o atual Secretário que possa esclarecer todos os pontos que forem necessários para que V. Exa. tenha satisfação plena das informações que pretende obter.

Muito obrigado pelo aparte.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Só para concluir, Sr. Presidente.

Deputado Romanelli, V. Exa. deve ter percebido, que no início da minha fala, tive toda a preocupação de não causar esse constrangimento a V. Exa. Por isso, fico feliz por V. Exa. estar dizendo que não se sente constrangido. V. Exa. está exercendo uma função e eu estou exercendo outra e por esta razão é normal o que está acontecendo, aqui. Eu gostaria que V. Exa. recebesse os documentos. Vamos na busca apenas da verdade, porque é este o nosso objetivo.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

"Esta Presidência, por Ato nº 07/07, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 34, Título II, Seção III, combinado com o inciso VIII, do artigo 20 do Regimento Interno, declara constituída uma Comissão Especial de revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, composta por três membros, para que no prazo de trinta dias realize o trabalho de readequação aos novos preceitos constitucionais e de alterações

regimentais, para proporcionar o melhor ordenamento dos trabalhos deste Poder. Palácio XIX de Dezembro, 05 de abril de 2007”.

Foram convidados por esta Presidência, os Deputados Tadeu Veneri, Caíto Quintana e Durval Amaral, para fazerem parte desta Comissão.

### ***Ordem do Dia:***

O SR.PRESIDENTE (Nelson justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a Mesa, expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando que estará ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis, nos dias 04 e 05 de abril devido a compromissos no Município de Guarapuava. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 045/07, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, sugerindo o reinício da obra de ligação asfáltica entre Reserva do Iguaçu e Dois Pinheiros, entre Reserva do Iguaçu e Pinhão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 046/07, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente, propondo a inclusão de áreas de ocupação irregular do Município de Colombo no Programa de Regularização Fundiária da Companhia de Habitação do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 047/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a construção de Unidade Nova no Parque Residencial Alvamar-UNV, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 048/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a construção de uma Unidade de Saúde de Pronto Atendimento NIS-III, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 049/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a liberação de um kit de informática para o Colégio Estadual Helena Kolody, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 050/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a construção de salas de aulas no Centro Municipal de Educação Infantil Adelaide Dezotti Tonon, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 051/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a construção

de um Centro de Educação Infantil, no bairro Jardim Verão, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 052/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo a isenção de pagamento de taxa de publicações das creches comunitárias no Diário Oficial. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 053/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a implantação de centros de urgências nos municípios paranaenses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato do Presidente nº 07/07, constante do expediente, declarando constituída Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composta por três membros, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, realize trabalhos de readaptação aos preceitos constitucionais e de alterações regimentais para proporcionar um melhor ordenamento dos trabalhos deste Poder Legislativo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando, subscrito pelos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Caíto Quintana e Durval Amaral, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PSDB, Democratas e PP, indicarem um membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 677/07, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Srs. Deputados Artagão Júnior, Edgar Bueno, Professor Luizão e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta por 07 (sete) membros, para postular seja o Paraná uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernando Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/ Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/07 de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraternidade, com sede e foro no Município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/07 de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Arte, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/07 de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação San Juan, Amigos e Colaboradores, com sede e foro no Município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/07 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/07, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar doação de imóvel ao Município de Palmas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ,

COPTC E CAICTM em regime de urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Nº 100/07 de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 13136, de 03 de maio de 2001, que declarou de Utilidade Pública de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução Nº 001/07 de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do inciso I, artigo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. COM EMENDA EM PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 08**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução Nº 005/07 de autoria do Deputado Nereu Moura, que modifica o artigo 273 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (arquivamento de proposições). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA, NESTE TURNO, DISCUSSÃO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE  
PLENÁRIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/07

Em conformidade com os parágrafos 3º e 4º do artigo 137, do Regimento Interno desta Casa modifique-se o *caput* e adite-se inciso ao artigo 273, do Regimento Interno desta Assembléia, modificado pelo artigo 1º do Projeto de Resolução 005/07, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Art. 273 Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Assembléia e ainda se encontrem em tramitação, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - de iniciativa popular;

II - de iniciativa de outro Poder ou da Mesa;

III - os projetos vetados.

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Professor Luizão e Pedro Ivo.



**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa mudar a redação do artigo para dar mais clareza a proposição, bem como, incluir os projetos de iniciativa do Judiciário a serem eventualmente desarquivados, no início da legislatura.

**EMENDA MODIFICATIVA  
DE PLENÁRIO N° 02**

O parágrafo único do artigo 273, que a proposição pretende alterar, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. A proposição poderá ser desarquivada, mediante requerimento do autor ou autores, dentro dos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da primeira sessão legislativa subsequente, retornando à Comissão de Constituição e Justiça para ratificar o parecer já emitido.”

Sala das Sessões, em 03.04.07.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Edgar Bueno, Jocelito Canto, Carlos Simões e Valdir Rossoni.

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente emenda modificativa por entender que proposição, apresentada em outra legislatura, pode ter sofrido impedimento legal, regimental ou constitucional, através de leis ou dispositivos constitucionais, que não existiam quando do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, quando da sua primeira análise.

**O Projeto retorna à Comissão Executiva, para Parecer.**

**1ª Discussão****ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que altera a Lei nº 14.743, de 15 de junho de 2005, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 002/07, de 27/02/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 048/07**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, tem como proposta *Alterar a Lei nº 14743 de 15 de junho de 2005, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências.*

Na justificativa, o autor alega entre outros fatores que *O cigarro ou qualquer outro produto fumígeno, é um dos maiores causadores de câncer e*

*doenças cardíacas, em fumantes ativos e passivos e o seu uso nas repartições públicas traz graves prejuízos à saúde de todos os servidores.* Acrescenta que a lei em comento restringe o uso de fumígenos apenas nas repartições de saúde, espaço para apresentações, exposições, salas de aula, elevadores, veículos de transporte coletivo e ambulâncias, pretendendo que a restrição também alcance os órgãos da administração pública do Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Com fulcro no artigo 43 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no que pertine aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais, no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Fábio Camargo, autor da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Sala das Comissões, em 23.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 048/07**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, altera a Lei nº 14743 de 15 de junho de 2005, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela.

A proposta visa ampliar a proibição do uso de fumígenos, relacionando cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e qualquer outro fumígeno, derivado do tabaco ou não, em recintos privados ou públicos. E relaciona, também, “órgãos e entidades públicas integrantes da Administração Pública do Estado do Paraná” nos locais onde é proibido fumar.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 048/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 048/07**

**P A R E C E R :**

A competência da Comissão de Saúde Pública está prevista no parágrafo 8º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 8º À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

A proposição sob análise especifica as vedações previstas no *caput* do artigo 1º da Lei nº 14743/05, determinando que é proibido fumar cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recintos coletivos privados ou públicos que são relacionados no próprio artigo.

A mesma proposição insere um novo inciso, ampliando o rol dos locais onde é vedado fumar.

O novo dispositivo estende a vedação também para órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Paraná.

A consciência coletiva a respeito dos efeitos nocivos do uso do tabaco tem se ampliado significativamente.

Órgãos públicos e entidades privadas têm realizado valiosas campanhas de esclarecimento.

Determinados órgãos públicos chegaram a criar espaço especial para aqueles que pretendem fumar, como forma de proteger o direito individual destes, mas também preservar a saúde de todos os demais.

Neste sentido, no que compete à Comissão de Saúde Pública, que tem como objetivo precípua a defesa da saúde da coletividade, não há óbices à tramitação da proposição.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois estão presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 23.03.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## Discussão Única (Indicações)

### ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 019/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que propõe a criação da Região Metropolitana de Toledo, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, constituída pelos Municípios de: Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Tupãssi. **Aprovada. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Indicações).**

### ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que propõe a implantação em Campo Mourão de uma Biblioteca Cidadã. **Aprovada. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Indicações).**

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 663, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 664, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 667, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 669, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 670, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 676, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 687 e 690, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 692, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 693, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 695 e 696, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 700, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria solicitar ao autor, Líder da Oposição, que pudesse encaminhar, via Liderança do Governo, o presente requerimento, que eu me comprometo a entregar, no mais breve prazo, as informações solicitadas, todas elas, me comprometo a informar ao Líder da Oposição. Penso que é desnecessário votarmos esse pedido de requerimento e acho que deve prevalecer aqui o entendimento que nós temos mantido, de poder, de fato, evitar de forma desnecessária às vezes a votação dos requerimentos de pedidos de informações. Solicito que se faça essa retirada pelo autor. Em não fazendo, claro, que se submeta a voto orientando a nossa Bancada a rejeitar o requerimento. Mas eu penso que isso não será necessário, porque o Deputado Valdir Rossoni retirará o requerimento e encaminhará à Liderança do Governo para rece-

ber todos os documentos, todas as informações contidas no pedido de informações.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, eu lamento, mas não posso aceitar e quero pedir desculpas ao ilustre Líder do Governo por não aceitar a sua proposta. Eu ouvi aqui, salvo eu esteja equivocado, é claro que de repente a minha idade já me faz cometer mais equívocos, mas eu ouvi aqui, agora mesmo, no pronunciamento que o Líder nos disse que esse Governo quer ajudar, quer ser transparente, e eu quero a informação de forma oficial, porque de forma oficial, é claro que o Secretário vai prestar essas informações corretas. Mas se por uma eventualidade, Sr. Presidente - e é por esse motivo a minha precaução, eu espero que as informações sejam corretas que venham no meu pedido - se por uma eventualidade não forem corretas, o Secretário estará sendo responsabilizado. Se for em um acordo de lideranças, o Secretário pode me mandar amanhã mais uma caminhonete de documentos e esses documentos podem não me satisfazer. E aí eu não posso colocar em dúvida as informações do ilustre Secretário. Tenho certeza absoluta que o Líder do Governo vai saber compreender e colocamos em votação. Se. V. Exa. assim entender, mas...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não havendo acordo entre os Líderes, a Mesa propõe, coloca em votação o requerimento. O Líder da Bancada da Oposição requer envio de pedido de informações ao Sr. Secretário Marcelo Almeida - Secretário de Obras Públicas.

Está em votação o requerimento. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam o requerimento. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 702, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 704, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Uniflor, Vereador Arain Rogério Petenazzi, também o Vereador Milton Rodrigues, Antonio Gatti e também o Sr. Oswaldo, Diretor-Presidente do jornal Noroeste do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado. Os Srs. Vereadores sejam bem-vindos à Casa.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)**

Eu fiz um encaminhamento pedindo, indicando um substituto para a Comissão de Consolidação das Leis. E por que eu faço esta questão de ordem? O item 9, que nós votamos hoje, um projeto de autoria do Deputado Fábio Camargo, está prevendo a proibição de fumos e similares em órgãos e entidades da administração pública. É quase certeza que existe uma lei do Deputado Anibelli e do ex-Deputado José Domingos Scarpellini já neste sentido e hoje nós tivemos um outro desgaste desnecessário na Comissão de Constituição e Justiça quando o Deputado Mauro Moraes propunha um projeto para que se fizesse uma campanha antidrogas nas escolas e depois nós fomos ver, o Deputado relator era o Deputado Douglas, já existia uma lei de 1995.

Então, acho que esta Comissão tem que ultimar os trabalhos, porque tem gerado um desgaste e alguns Deputados, até no afã de contribuir com a sociedade, têm colocado projetos em votação, têm sido aprovados, como é o caso deste que já foi aprovado até na Comissão de Constituição e Justiça, projetos que já existem leis similares. Eu acho que a consolidação por temas vai ajudar não só a Assembléia Legislativa, mas o Estado do Paraná como um todo.

A lei que eu me referi é a de nº 8852/88, que já proíbe o fumo em estabelecimentos públicos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Procede a questão de ordem de V. Exa.

**O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, somente agradecer a todos os Deputados pela aprovação do nosso requerimento e perguntar quais seriam os Deputados indicados na Comissão e se possível que nós estamos em contato já com o CINDACTA, com a INFRAERO, com o Aeroporto Afonso Pena, para que possamos amanhã pela manhã já tomar alguma medida.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente Deputado. A Mesa indica os Deputados Antonio Belinati, Kielse e Marcelo Rangel, membro dessa Comissão.

Vale dizer que o Deputado Antonio Belinati já havia requerido, já tinha solicitado a formação dessa Comissão há duas ou três Sessões atrás.

Por esta razão a Mesa indica os três membros para que cumpram este papel.

Parabéns e obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, nós tivemos na semana passada a audiência pública aqui na Assembléia Legislativa com o Secretário da Fazenda e naquela ocasião, tanto nós como o Deputado Reni Pereira, pedimos alguns documentos da Secretaria e já se passaram quatorze dias e até hoje esses documentos não chegaram ao nosso gabinete.

Eu solicito a V. Exa., caso os documentos já tenham chegado à Presidência da Casa, e se não chegaram ainda eu solicito, Sr. Presidente, a V. Exa. como Presidente desta Casa e que presidiu a Sessão da Audiência Pública, faça a Secretaria enviar esses documentos para nós.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fá-lo-ei ainda hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença na Casa do Vereador Marcos Roberto, ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Cambará - também do Oswaldo, do jornal Noroeste, do nosso querido Município de Nova Esperança e que para nós é uma alegria ver estas pessoas aqui acompanhando a nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para todos nós. Sejam bem-vindos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente Nelson Justus, nossa colega Deputada Cida Borghetti, Chico Noroeste.

Sr. Presidente, foi realizada ontem uma reunião da Bancada dos Deputados da Oposição nesta Casa e analisando esse tumulto todo que foi formado a respeito de formar ou não formar CPI, acabar ou não acabar com CPI, antes mesmo de decidir se seriam ou não formadas as CPIs, queremos comunicar a V. Exa. que a Bancada de Oposição decidiu ontem que aqui ninguém mais da Oposição vai ficar assinando requerimento para criar CPI, sem que o requerimento inicialmente passe pelo crivo, pela assinatura do Líder da Bancada da Oposição que é o Deputado Valdir Rossoni.

Isso para evitar, Sr. Presidente, que haja conflito. Tem hora que estamos andando no corredor, vem Deputado pedir para assinar até na coxa, pedir para assinar CPI dentro de elevador, no restaurante, no corredor da Assembléia, mal dá tempo de ler o teor. De repente o Deputado assina e acaba acontecendo algum milagre, resolve-se acabar com a CPI e nós é que ficamos mal.

Para não haver choque, é um aviso respeitoso que nós fazemos a todos os nobres Deputados que a partir de agora nenhum Deputado de Oposição deva ser procurado diretamente para assinar qualquer pedido de CPI, que procure primeiro o Líder da Bancada da Oposição, que vai analisar, para evitar o constrangimento a que ficamos expostos no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 705, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 025, 026, 067, 098, 099 e 100/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 025/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atos do Presidente***

ATO DO PRESIDENTE Nº 006/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituído o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 02 de abril do corrente ano, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, que deverá atuar em defesa do setor agropecuário do nosso Estado, realizando fóruns, seminários, simpósios, em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa e instituições representativas do setor, existentes no Estado do Paraná e no Brasil, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 07/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

**D E C L A R A :**

constituída Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composta por três membros, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, realize trabalho de readequação aos novos preceitos constitucionais e de alterações regimentais para

proporcionar um melhor ordenamento dos trabalhos deste Poder Legislativo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 03.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

## ***Comissão Executiva***

### ***Atos***

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0140/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover GILMAR ALVES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0141/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARLUCE DUTRA DE SOUZA TRINDADE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0142/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE ARLAN FERREIRA DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0143/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIS GRAÇA RECCO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0144/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SERGIO DOS SANTOS FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0145/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover EMERSON MIGUEL PETRIV, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0146/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SUZELEI DE FATIMA GUILHERME, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0147/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ANDRE AUGUSTO GONÇALVES VIANNA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0148/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LOURIVAL VIERA ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0149/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE MARIA GOES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0150/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA LUCIA MENEGAZZO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0151/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE ODENEI SANTOS JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0152/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0153/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARLY SERA MEIGA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0154/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SIDNEY GUARIZE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0155/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIZ HENRIQUE PAVIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0156/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover TAISA WENDRECHOVSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0157/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ELAINE CRISTINA TOSIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0158/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ARAMIS BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0159/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA ROSELI MOTTIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0160/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JULIANA VANESSA TOSIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0161/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover RUBEM TAVARES ROCHA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0162/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SIANE REGINA BERTOLIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0163/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIANA STRAPASSON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0164/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MAURY DALPRÁ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0165/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA SUELI BERTOLIN STRAPASSON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Beti Pavin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0166/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CRISTIANNE MARIA GONZAGA NATAL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0167/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SUZY CRISTINA IENSEN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0168/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover VIVIANE CORREA DE QUEIROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0169/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover AILTON RAMOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0170/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE ROBERTO MARTINS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0171/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARCIO RODRIGO DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0172/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover DANIEL CARON DE CASTRO DEUS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0173/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ANTONIO JOAO FRANCESCHI NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0174/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ALOISIO JUSTINO DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0175/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover FRANCISCO CAETANO MARTIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0176/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE PAULO FREDERICO RODRIGUES LOUREIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0177/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE CARLOS DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0178/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOAO CARLOS DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0179/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NEWTON RICARDO DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0180/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover SHEILA CRISTINA HERMOZA BOSCARATO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0181/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LIGIA MARIA GROSSI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0182/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NILTON SERGIO DE PAULA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0183/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CARLOS EMAR MARIUCCI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0184/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA DE FATIMA CARDOSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0185/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover NATHALIA BRAZ BARREIROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0186/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ORIVALDO MARCOS CASSAROTTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0187/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MOACIR DE OLIVEIRA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0188/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ADOILSON COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0189/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover TISLEY CLAUDIO DO NASCIMENTO BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0190/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover VANIA DE OLIVEIRA PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0191/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE AUGUSTO ZANIROTTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0192/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LUIZ ANTONIO ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0194/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover HELENA APARECIDA MACEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0195/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover REGINA CONCEIÇÃO HIROMI LUCHETTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0196/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover MARIA CILENE CRUZ KUROVSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0197/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover THAIS FACCIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0198/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ALDONIR CABRAL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0200/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover TARCILIA MORETTO ALEXANDRE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0201/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ONEIDE CASAGRANDE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0202/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover ESTER RAQUEL KRUGEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0203/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LEANDRO CEZAIKA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0204/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover CHRISTIANNE MATSUMOTO ANDRE-GUETTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0205/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JOSE ANTONIO FARIA DE BRITO para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0206/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover DEUZINA RITA MOTA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0207/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover JULIO CESAR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0208/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover RAFAEL FELIPE LUCAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0209/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover TEREZA PASTERNAK, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0210/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover LETICIA LUCAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0211/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover AMAURI KUBASKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0212/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prover EDSON JOSE RIBEIRO DA FONSECA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0213/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover TACIANA MARCHIORO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0214/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover EDUARDO STIVAL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0215/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover IVAN LUIS SPRICIGO MOTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0216/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover DANIELA MARIA BUENO DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0217/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

prover JULIO CEZAR ZANARDE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

